



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
TRÂNSITO E URBANISMO



LICENÇA PRÉVIA

LP Nº 06/2016

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Trânsito e Urbanismo, criada pela Lei Municipal nº 1.879/2002 e alterada pela Lei Municipal nº 2.670/2007 e Lei Complementar nº 28/2012, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 6.938/1981, da Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e Lei Complementar nº 140/2011, com base na Resolução CONSEMA nº 25/2002, que habilita o Município de Canela a Licenciar as Atividades de Impacto Local, nos termos das Resoluções CONSEMA nºs 04/2000 e 288/2014 e com base na Lei Municipal nº 3.696/2015, que expede a presente LICENÇA PRÉVIA, solicitada no processo nº 2016/2364 que autoriza:

DADOS DO EMPREENDEDOR

Nome/Descrição: Prefeitura Municipal de Canela - Secretaria Municipal da Educação e Cultura
CPF/CNPJ: 88.585.518/0001-85
Endereço: Rua Duna Carlinda, Nº 455, Bairro Centro, Canela/RS

DADOS DO EMPREENDIMENTO / PROPRIEDADE

Nome/Descrição: Escola Municipal de Ensino Infantil – EMEI Professora Eva Alzira Batista Bianchi
CPF/CNPJ: 10.926.019/0001-17
Endereço: Rua Silvino Rafael Zanatta, Nº 241, Bairro Jardim das Fontes, Canela/RS
Matrícula: 11.484
Área total registrada: 6.051,80 m²
Área a ser construída: 1.513,16 m²
Atividade: Escola/Creche – CODRAM 5610-00 (Resolução CONSEMA 288/2014)

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Nome: Ronald Elson Grosse Rodrigues
Título: Arquiteto e Urbanista
Número Registro Profissional: CAU/BR A26313-3
(1)RRT: 4447058 (fl. 12)
Atividade: Projeto arquitetônico, Projeto de instalações hidrossanitárias prediais, Projeto de instalações prediais de prevenção e combate a incêndio, orçamento e cronograma
Vigência: 09/03/2017
(2)RRT: 4451050 (fl. 15)
Atividade: Levantamento topográfico planialtimétrico
Vigência: 10/03/2017

Nome: Amilcar José Mielniczuk de Moura
Título: Engenheiro Agrônomo
Número Registro Profissional: CREA/RS 87829
ART: 8457057 (fl. 31)
Atividade: Levantamento cobertura vegetal
Vigência: 24/02/2017

Para a atividade de Escola/Creche, com previsão de 11 salas de aula, salas de apoio, e salas de serviços em projeto a ser aprovado na LI (fl. 09), localizada na Rua Silvino Rafael Zanatta, Nº 241, Bairro Jardim das Fontes, Canela/RS, CEP: 95680-000, Canela-RS, coordenadas geográficas horizontais – 29°19'48.89"S, - 50°46'54.92"O° (WGS84).

Com as condições e restrições:

1. Quanto às condições gerais

- 1.1. Este documento refere-se exclusivamente ao local proposto e à atividade especificada nos autos do processo administrativo;
- 1.2. Este documento não autoriza a intervenção em áreas de preservação permanente (APP), conforme Código Florestal Federal nº 12651/2012 de 25 de maio de 2012;

Esta Licença Ambiental é concedida em condições **NORMAIS**.

LP nº 06/2016 1/3



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
TRÂNSITO E URBANISMO



- 1.3. Este documento não autoriza a supressão de vegetação nativa e/ou corte de exemplares de porte arbóreo no empreendimento;
- 1.4. Este documento não dispensa nem substitui qualquer alvará ou certidão de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual e/ou Municipal;
- 1.5. Não poderá haver lançamento de efluentes em qualquer tipo de recurso hídrico;
- 1.6. A presente licença não autoriza o início das obras, sendo que para tanto o empreendedor deverá solicitar a Licença de Instalação;
- 1.7. O projeto da obra deverá ser aprovado pelo Depto. de Análise e Aprovação de Projetos (DAAP) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Trânsito e Urbanismo (SMMATU);
- 1.8. Em caso de necessidade de material mineral para execução do empreendimento este deverá ser oriundo de local com licença ambiental vigente;
- 1.9. O sistema de tratamento de esgoto doméstico será individual através de tanque séptico, filtro e vala de infiltração, e deve ser dimensionado e executado de acordo com a NBR 7.229/93 e NBR 13.969/97 da ABNT;
- 1.10. Para os resíduos oriundos da construção do empreendimento deverá ser previsto armazenamento adequado conforme a Política de Resíduos Sólidos, Lei Federal n.º 12.305/2010 para os resíduos sólidos urbanos, NBR 12.235 para os resíduos especiais contaminados e Resolução do CONAMA n.º 307/2002 para todos os resíduos de construção civil, para comprovadamente enviar ao destino final ambientalmente adequado, destinando-os a locais com licença ambiental vigente, pois conforme o art. 9º do Decreto Estadual nº 38.356 de 01/04/1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos resíduos sólidos gerados é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;
- 1.11. Fica proibida a queima, a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza, ressalvadas as situações de emergência sanitária, conforme parágrafo 3º, art. 19 do Decreto nº 38.356, de 01/04/1998;
- 1.12. O abastecimento de água ficará a cargo Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), conforme atestado de viabilidade (fl. 33);
- 1.13. Para o plantio das espécies propostas no laudo de cobertura vegetal, deverá ser apresentado projeto técnico com cronograma de plantio, priorizando mudas nativas, a ser aprovado pelo Setor de Licenciamento da SMMATU;
- 1.14. O projeto de implantação da escola deverá assegurar a não contaminação do aquífero freático;
- 1.15. A pavimentação dos acessos internos da escola deverá favorecer à infiltração das águas pluviais;
- 1.16. O projeto arquitetônico deverá respeitar os percentuais Taxa de Permeabilidade (TP), Área de Preservação Ambiental (APA) e Taxa de Ocupação máxima (TO) estabelecidos na Certidão de Zoneamento Territorial 507/2012;
- 1.17. Considerando que no Município existem tubulações de drenagem não cadastradas, fica o empreendedor ciente de que, caso durante a obra sejam encontradas tais tubulações de drenagem, a SMMATU deve ser comunicada imediatamente, e as soluções técnicas devem ser previamente aprovadas;

2. Com vistas à obtenção da LICENÇA DE INSTALAÇÃO o empreendedor deverá apresentar:

- 2.1. Solicitação da Licença de Instalação para o empreendimento proposto, em requerimento padrão;
- 2.2. Cópia desta Licença;
- 2.3. Formulário atualizado devidamente preenchido em todos seus itens;
- 2.4. Cópia da publicação da solicitação da Licença de Instalação em periódico local oficial;
- 2.5. Projeto referente ao plantio das espécies propostas no laudo de cobertura vegetal, com cronograma de plantio, priorizando mudas nativas;
- 2.6. Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) para todas as fases da obra conforme Lei Federal nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010, observando a Lei Municipal nº 3.379/2013, do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Canela, Resolução CONAMA nº 307/2002 e demais normas em vigor, assinado pelo responsável técnico e pelo empreendedor, acompanhado de anotação de responsabilidade técnica e/ou equivalente, pelo projeto e execução do PGRS;
- 2.7. Projeto de corte/aterro da área incluindo a especificação dos volumes, tipologia e origem dos materiais a serem movimentados nos trabalhos de terraplanagem (obs.: em caso de necessidade de aquisição externa de material mineral para o aterro da área, este deverá ser oriundo de local com

Esta Licença Ambiental é concedida em condições **NORMAIS**.

LP nº 06/2016 2/3



PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
TRÂNSITO E URBANISMO



- licença ambiental de operação em vigência, cuja cópia deverá ser anexada ao projeto. Para envio de material para fora da área, deverá indicar o local autorizado para recebimento);
- 2.8. Projeto de captação de água da chuva em aplicação da Lei Municipal nº 2.256/2005, a qual institui a obrigatoriedade de captação de água da chuva. Obs.: Além dos usos sugeridos no § 2º do art. 1º, poderá prever a liberação da água captada, gradualmente, após a chuva, numa vazão proporcional à área de captação de forma equivalente a uma precipitação de pequena intensidade;
- 2.9. Projeto do sistema individual de tratamento de efluentes, acompanhado de anotação de responsabilidade técnica, comprovando a viabilidade da implantação do sistema, de acordo com as normas técnicas da ABNT: NBR 7229/93 e NBR13969/97. O projeto do sistema de tratamento do esgoto doméstico deverá ser apresentado em planta descontando a área de TP onde o sistema está localizado, devendo contar também a realocação da APA para a frente do lote;
- 2.10. Cumprimento do item 1.13;
- 2.11. Informações e documentos adicionais poderão ser solicitados.

Esta Licença só é válida para as condições contidas acima e pelo período de 5 anos a contar da presente data. Na hipótese de descumprimento de alguma condição ou restrição desta Licença, automaticamente será cassada. Este documento também será nulo caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A solicitação de prorrogação desta Licença deverá ser requerida 120 dias antes do término da validade.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Os dados e informações constantes no processo deste Licenciamento são de inteira responsabilidade do técnico que as forneceu, conforme ART anexa, respondendo jurídica, civil e administrativamente sobre os mesmos.

Esta licença é válida para as condições acima até: 06/04/2021

Prazo para solicitação de renovação: 07/12/2020

Canela, 07 de abril de 2016.


Cristiano Kern Hickel
Eng. Ambiental CREA RS171023
Matrícula 7345


Lúcia Moreira Lanzer
Eng.ª Ambiental – CREA/RS 146713
Matrícula 7619


Gelton Matos da Silva
Secretário Municipal de Meio Ambiente, Trânsito e Urbanismo.

Declaro que li e recebi este documento

Assinatura do titular:

Nome do representante:

Assinatura do representante:

* Procuração: arquivado neste processo sob folha nº:

Data:

* Se retirado por representante, deverá possuir procuração válida. O representante legal é responsável por transmitir todas as informações relativas a este documento ao representado.

Esta Licença Ambiental é concedida em condições **NORMAIS**.

LP nº 06/2016 3/3